

## A queda recente da desigualdade: relevância e limites

Claudio Salvadori Dedecca<sup>1</sup>

Adriana Jungbluth<sup>2</sup>

Cassiano José Bezerra Marques Trovão<sup>3</sup>

### Resumo:

O objetivo deste ensaio é explicitar a relevância do movimento atual de queda da desigualdade em um contexto de estabilidade econômica, em especial, de preços, e de recuperação da atividade econômica, com características que há muito tempo o país não vivenciava, sem deixar de exaltar os limites que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios demonstra.

O movimento atual de queda da desigualdade apresenta algumas dimensões que devem ser levadas em conta para se entender os limites que o caracteriza. A preocupação volta-se, não somente, para a identificação de alguns determinantes do processo, mas também para a indicação de temas ainda ausentes em muitos estudos, que limitam conclusões mais robustas sobre possíveis relações entre a queda da desigualdade e modificações estruturais nas distribuições funcional e individual de renda.

Ademais, o reconhecimento da importância da redução da desigualdade deve ser acompanhado da identificação dos limites que o processo carregou e carrega, os quais determinam que a análise atual assuma um caráter parcial sobre a distribuição de renda e suas perspectivas.

*Palavras-chave: Desigualdade, Distribuição de Renda, Mercado de Trabalho*

### Abstract

The objective of this essay is to elucidate the undeniable relevance of the current movement of fall of the inequality in a context of economic prices stability, and recovery of the economic activity, with characteristics that much time the country did not live, pointing the limits that the National Research for Sample of Domiciles (PNAD) demonstrates.

The current movement of fall of the inequality presents some dimensions that must be taken in account to understand the limits characterize that it. The concern is turned, not only, toward the identification of some determinative of the process, but also toward the indication of still absent subjects in many studies, that limit more robust conclusions on possible relations between the fall of the inequality and structural modifications in the distributions functional and individual of income.

Moreover, the recognition of the importance of the reduction of the inequality must be followed of the identification of limits that the process loaded and loads, which determines that the current analysis assumes a partial character on the distribution of income and its perspectives.

**Key-Words:** Inequality, Income distribution, Labor Market

Área 12 - Economia do Trabalho

Classificação JEL: H53 - Government Expenditures and Welfare Programs

---

<sup>1</sup> Professor titular do Instituto de Economia da Unicamp.

<sup>2</sup> Aluna de mestrado do curso de Desenvolvimento Econômico – Economia Social e do Trabalho da Unicamp.

<sup>3</sup> Aluno de mestrado do curso de Desenvolvimento Econômico – Economia Social e do Trabalho da Unicamp.

## A queda recente da desigualdade: relevância e limites

Ao longo desta década, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) tem indicado uma trajetória sustentada de declínio da desigualdade da distribuição de renda no país. Apesar de igual movimento ter sido observado no passado recente, ele apresenta características distintas no momento atual.

As reduções do Índice de Gini nos anos 80 e 90 ocorreram em um contexto de elevada instabilidade econômica, caracterizada por declínio do nível de atividade, redução do nível de emprego, incremento expressivo do desemprego e uma situação de fortes tensões inflacionárias. Ademais, o movimento foi significativamente mais circunscrito a um curto espaço de tempo.

A tendência atual de redução apresenta características bastante distintas. Ela começa em um ambiente de instabilidade econômica, correspondente ao período 2000-2002, mas vai se consolidando, a partir de 2003, em outro mercado pela recuperação econômica com recomposição do nível de emprego, queda do desemprego e baixa inflação. Ademais, ela vem perdurando durante todos os anos da década, mostrando uma duração significativamente mais longa que aquela observada para as quedas da desigualdade ocorridas nos anos 80 e 90<sup>4</sup>.

Se a evolução da desigualdade, per se, deve ser sistematicamente acompanhada pela política pública, é inquestionável que esta se intensifica no contexto em que tal evolução apresenta modificação mais expressiva. Ademais, uma maior importância reveste a queda atual em razão da situação presente de crescimento econômico com recuperação do mercado de trabalho e baixa inflação.

Esta particular característica do movimento atual indica ser fundamental que todo esforço de análise seja empreendido com o objetivo de identificar os nexos da relação convergente entre crescimento econômico e queda da desigualdade com a preocupação de identificar as possibilidades das políticas públicas ampliarem a sinergia e a duração que tal relação atualmente encontra.

Tem sido expressivo o esforço de análise empreendida sobre a queda recente da desigualdade. Diversos ensaios têm sido publicados, com ampla diversidade em termos de abordagens e de perspectivas adotadas. De todos os esforços realizados, é inegável que aquele induzido pelo IPEA (2006) foi o que assumiu um escopo mais abrangente. A partir deste esforço, a instituição organizou uma ampla coletânea de ensaios, em dois volumes, que explicita a complexidade do debate e dos temas sobre a queda recente da desigualdade (Barros et alii, 2007 e 2008). Uma avaliação do conjunto de trabalhos e temas presentes na publicação evidencia prontamente a impossibilidade da construção de uma visão linear ou unidirecional sobre o processo em curso, que impede qualquer vinculação da queda da desigualdade a um único determinante.

Este ensaio não pretende dar conta de toda esta complexidade que o tema carrega. Seu objetivo é apontar algumas das dimensões relevantes da atual queda da desigualdade, bem como os limites que caracterizam tal movimento. A preocupação volta-se, principalmente, para a identificação de alguns determinantes do processo, mas também para a indicação de temas ainda ausentes na análise, que limitam conclusões mais robustas sobre possíveis relações entre a queda da desigualdade e modificações estruturais nas distribuições funcional e pessoal de renda.

---

<sup>4</sup> Sobre o movimento da distribuição de renda nos anos 80 e 90, ver Hoffmann, 1995 e 1998.

## 1. A distribuição funcional e a pessoal de renda e a disponibilidade de informação estatística

Desde a construção dos sistemas de contas nacionais, no pós-guerra, a tradição explora a distribuição de renda segundo duas perspectivas: a funcional e a pessoal.

A primeira foca a estrutura de apropriação da renda em uma abordagem institucional, também denominada de apropriação primária de renda. A distribuição é analisada a partir das três principais formas de apropriação da renda disponível em um determinado país: (i) excedente bruto das empresas, (ii) remuneração do trabalho e (iii) impostos e contribuições sociais. Para contabilidade da renda disponível é deduzida a renda enviada ao exterior, inclusive aquela realizada via importação, e adicionada a recebida do exterior, incluso aquela de exportação. A distribuição funcional é construída, portanto, a partir de uma das óticas de mensuração do produto interno bruto<sup>5</sup>, devendo captar todas as formas de apropriação de renda, seja pelas pessoas, empresas ou famílias.

Quanto à segunda perspectiva, a preocupação volta-se para como as pessoas se apropriam da renda disponível. Normalmente, a informação disponível permite captar as rendas auferidas através do trabalho (salário, ordenado, remuneração do trabalho autônomo e pró-labore), do sistema de proteção social (aposentadoria, pensão, auxílios e transferências sociais de renda) e da propriedade de ativos (juros e aluguéis). A abrangência desta forma de mensuração da renda é mais limitada, em razão dela captar, fundamentalmente, a renda corrente das pessoas. Em geral, a declaração de renda pessoal não informa rendimentos obtidos na forma de valorização de ações e títulos, rendimentos de aplicações financeiras e lucros retidos derivados de participação societária. Também não são captados os rendimentos não monetários, como subsídio alimentação, planos de saúde e previdência pagos pelas empresas, utilização de automóveis cedidos pelas mesmas, bem como os gastos com gasolina e manutenção que os mesmos incorrem.

A limitação da declaração individual de renda aparece também para os estratos mais elevados da distribuição. É amplamente reconhecida a sub-declaração de renda nos intervalos decílicos superiores, seja no Brasil como nos países desenvolvidos. Nestes, a sub-declaração tende ser menos significativa em razão da menor desigualdade encontrada na distribuição pessoal e devido à menor informalidade na atividade econômica ou a maior impossibilidade de não declaração de renda ao fisco.

Estas restrições encontram-se presentes na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, principal fonte de informação anual sobre renda disponível em nosso país. Contudo, cabe salientar que elas não são uma particularidade deste levantamento, mas de todos aqueles de natureza domiciliar, ocorrendo inclusive nos inquéritos dos países desenvolvidos. A experiência internacional tem mostrado que esta restrição quanto à informação da renda individual somente pode ser superada com o acesso aos dados dos sistemas nacionais de tributação de renda. Estudos com esta perspectiva têm evidenciado os limites dos dados com origem domiciliar e as vantagens de articulá-los com aqueles de origem administrativa propiciados pelo Imposto de Renda.

Como afirmado em um dos estudos mais detalhados sobre renda e realizados a partir da informação do imposto de renda, *na França como em todos os outros países, as altas rendas são em geral as menos conhecidas...pois elas são as únicas com declaração regular junto à administração pública...As outras fontes de informação disponíveis ...en France...permitem*

---

<sup>5</sup> Segundo orientações para a construção dos sistemas de contas nacionais da Organização das Nações Unidas, as três óticas de abordagem do produto interno bruto são: produção, consumo e renda. A distribuição funcional expressa a apropriação segundo uma dessas óticas.

*completar adequadamente a informação fornecidas por outras fontes, mas nenhuma delas aporta a riqueza de informação e a sistematização que [ o imposto de renda] propicia (Piketti, 2001).*

Em dois outros trabalhos de avaliação da informação de renda captada pelo Current Population Survey – CPS-USA, Weinberg (2004 e 2006) explicita as limitações dos dados de renda presentes nos levantamentos domiciliares. Segundo o autor, em muitos países, a sub-declaração é desproporcionalmente elevada para três tipos de rendimentos: transferências governamentais, renda de propriedade e renda do trabalho autônomo. Por um lado, porque as transferências são mais susceptíveis de serem auferidas por pessoas pertencentes à cauda inferior da distribuição de renda, esta sub-declaração tem influência sobre o tamanho da pobreza. Por outro lado, a sub-declaração da renda de propriedade tende a reduzir o rendimento das famílias no topo da distribuição... (Weinberg, 2006:42)<sup>6</sup>.

É fundamental que se tenha ciência dos limites da informação produzida pelos levantamentos domiciliares. Pois tais limites indicam qual é a abrangência da análise sobre a distribuição de renda construída a partir dos resultados destes levantamentos. Ou melhor, a distribuição de renda informada pelos levantamentos domiciliares possibilita somente um conhecimento parcial do perfil de renda e do seu grau de desigualdade. No caso da PNAD, como será apontado ainda neste ensaio, os dados se circunscrevem fundamentalmente aos tipos de renda oriundos do trabalho e da política previdenciária. A PNAD, como os demais levantamentos domiciliares realizados em outros países, apresenta restrições quanto à captação das rendas provenientes da propriedade de ativos e dos estratos de renda mais elevada.

Tais restrições ficam evidentes quando associados os resultados propiciados pela PNAD com aqueles encontrados nas Contas Nacionais<sup>7</sup>. A massa de renda informada pela pesquisa domiciliar corresponde, aproximadamente, a 45% do Produto Interno Bruto. Se somadas as rendas do trabalho e de aposentadorias e pensões da PNAD, chega-se a um montante equivalente as 43% do PIB e a 96% da massa de renda total encontrada no levantamento domiciliar.

**Tabela 1**  
**Valores agregados do Produto Interno Bruto e da renda total (1)**  
**Brasil, 2005**

	Em R\$ 1.000.000	%
Total - Contas Nacionais	178.936,6	100,0
Total - PNAD	80.455,6	45,0
Trabalho	61.117,1	34,2
Aposentadorias e pensões	15.877,1	8,9
Aluguéis	1.461,0	0,8
Doação	577,8	0,3
Juros	1.422,5	0,8

Fonte: Contas Nacionais e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.  
Elaboração própria.

(1) Produto Interno Bruto e massa de rendimentos mensais.

Deste modo, observam-se duas evidências claras. A primeira refere-se ao fato da renda encontrada na PNAD apresentar uma expressão limitada em termos da renda interna disponível. A segunda diz respeito à predominância das rendas do trabalho e da previdência no agregado total informado pela PNAD, constatação que conflita com os resultados encontrados nas Contas Nacionais.

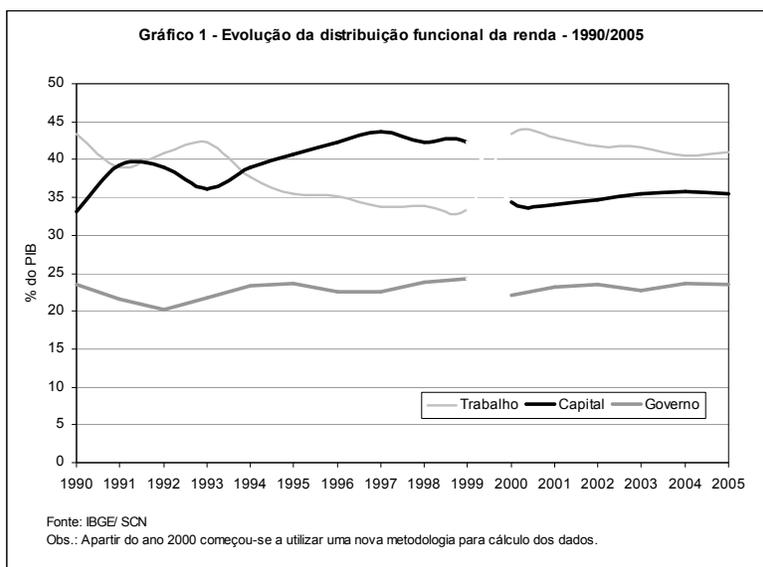
<sup>6</sup> Ver também Levy Economics Institute of Bard College, 2004.

<sup>7</sup> A PNAD informa o rendimento mensal para o mês de setembro de cada ano, enquanto que as Contas Nacionais consolidam informações para a totalidade do ano. Com o objetivo de compatibilizar os dados de ambas as fontes, procedeu-se à divisão do Produto Interno Bruto por 12, estimando-se assim um valor médio mensal.

Segundo a nova metodologia das Contas Nacionais, o produto interno bruto sob a ótica da renda indicava, em 2005, uma distribuição funcional da renda com a seguinte composição: trabalho, 41,1%; capital, 35,4%; e governo, 23,5%. Isto é, a predominância da renda do trabalho observada na PNAD não é confirmada nos resultados encontrados nas Contas Nacionais. Entretanto, o valor da massa de renda do trabalho mais aquela de aposentadorias e pensões é próximo ao informado para o trabalho pelas Contas Nacionais.

Esta comparação dos resultados da PNAD com os das Contas Nacionais permite considerar que a análise passível de ser encaminhada com os dados do levantamento domiciliar se restringe fundamentalmente à desigualdade observada na distribuição das massas de rendimentos oriundas do trabalho e da previdência social. Isto é, analisa-se a situação de desigualdade restrita a uma dimensão, nada se podendo falar, a partir destes resultados, sobre a desigualdade da totalidade da renda interna disponível<sup>8</sup>.

Quanto a uma análise desta totalidade, é possível somente conhecer sua distribuição funcional em termos agregados. Como pode ser observado na consolidação apresentada no Gráfico 1. Segundo as Contas Nacionais, a participação da renda do trabalho declinou durante anos 90 e no início da década atual, movimento que somente foi contido a partir de 2004.



Portanto, a associação dos resultados propiciados pelas Contas Nacionais e pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios mostra que a queda da desigualdade indicada pelos resultados do levantamento domiciliar se circunscreve a alterações na distribuição individual da renda do trabalho e da previdência social. Em termos gerais, as Contas Nacionais indicam que esta queda da desigualdade na distribuição individual da renda se processou concomitantemente a uma deterioração da distribuição funcional da renda, com uma clara penalização da renda do trabalho.

Tal constatação não deve ser vista como um indicador de fragilidade ou precariedade dos dados da PNAD, pois esta pesquisa, de modo semelhante ao que ocorre em outros países e como apontam os estudos mencionados anteriormente, tem a capacidade de captar a renda corrente dos indivíduos, não tendo alcance para levantar as rendas provenientes de estoque (propriedade) de

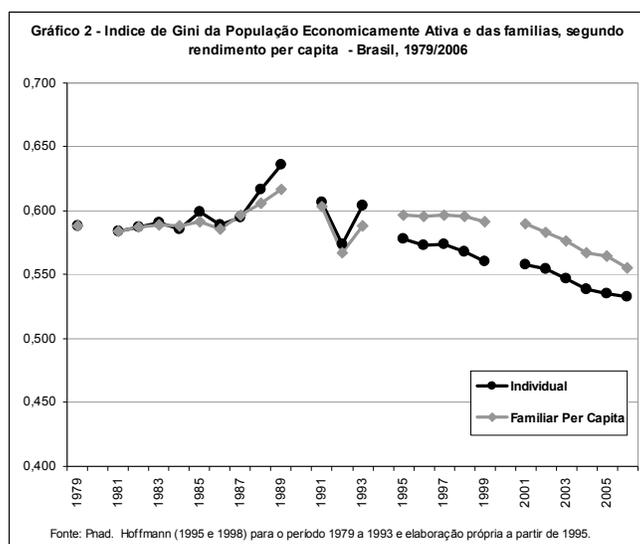
<sup>8</sup> Sobre os limites da queda atual da distribuição de renda, ver Dedecca, 2007; Salm, 2007; e Soares, 2006.

ativos. A possibilidade de análise destas rendas dependeria de acesso à informação do imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas.

O reconhecimento da restrição é fundamental para qualificar a redução da desigualdade informada pelos dados da PNAD e, deste modo, impedir que se incorra em uma análise do processo que não reflita a abrangência dos dados do levantamento domiciliar. Quanto a esta questão, o ensaio irá retomá-la mais à frente.

## 2. A queda recente da desigualdade, características gerais

Como já apontado anteriormente, os resultados da PNAD mostram uma tendência de queda da desigualdade que se diferencia dos movimentos semelhantes observados durante as décadas de 80 e 90. Tal diferença é rapidamente explicitada pela trajetória do Índice de Gini ao longo as últimas três décadas (Gráfico 2). A queda atual apresenta duração mais longa e ocorre em um contexto de recuperação econômica.



Uma primeira observação relativa a este movimento refere-se ao fato dele não ter mantido relação estreita com a recuperação do rendimento médio individual ou familiar. Os dados da PNAD revelam que, somente no período mais recente, tem se observado a recuperação dos níveis de rendimento médios.

Apesar da tendência de redução contínua do Índice de Gini, seja da distribuição individual como familiar nota-se que, somente a partir de 2005, ocorre uma recuperação do rendimento médio. Contudo, ela tem sido lenta quando considerado somente o rendimento individual, indicando que a situação encontrada para 2006 é ainda inferior àquela observada para 1995.

Quando se analisa o rendimento familiar per capita, nota-se uma recuperação mais expressiva que se traduz em um rendimento médio, em 2006, 9,5% superior ao encontrado em 1995. O comportamento mais significativo do rendimento familiar per capita tem sido determinado pela recuperação do nível de ocupação, levando a um incremento do número de pessoas ocupadas por família e, portanto, dos membros que contribuem para a formação do rendimento familiar.

Ao relacionar as tendências recentes do Índice de Gini e do rendimento médio, tanto na dimensão individual como familiar, fica patente que a queda da desigualdade, somente mais recentemente, tem sido acompanhada pela elevação do rendimento médio da população brasileira.

**Tabela 2**  
**Índice de desigualdade e de rendimento médio de todas as fontes de renda**  
**Brasil, 1995 - 2005**

	Índice de Gini		Rendimento	
	Individual	Familiar	Individual	Familiar per Capita
1995	0,592	0,602	100,0	100,0
1998	0,584	0,600	101,0	101,9
2002	0,573	0,588	90,0	98,0
2003	0,566	0,579	82,5	92,1
2004	0,559	0,570	82,7	94,6
2005	0,552	0,567	87,0	100,7
2006	0,548	0,559	92,5	109,5

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD. Elaboração própria.

(1) Exclui-se a zona rural da Região Norte.

Aqui aparece uma primeira fragilidade do movimento de redução da desigualdade. Ela foi acompanhada de uma tendência de declínio do bem-estar médio da população, que tem como principal indicador o comportamento do rendimento médio. Cabe explicitar melhor este argumento.

A queda da desigualdade com redução do rendimento médio sinaliza que ao mesmo tempo em que os rendimentos dos estratos inferiores apresentaram trajetória ascendente, se observou estabilidade ou queda dos rendimentos dos estratos superiores. A desigualdade se reduziu em razão da convergência dos rendimentos mais elevados em direção ao dos estratos inferiores. Esta evolução dos níveis e da estrutura de renda tendeu consolidar uma queda da desigualdade com deterioração do padrão médio de bem-estar da sociedade brasileira.

Esta tendência parece ter sido interrompida nos últimos dois anos cobertos pela PNAD. A trajetória declinante do Índice de Gini passou a ocorrer concomitantemente à recomposição do rendimento médio. É estabelecido, deste modo, um movimento de queda da desigualdade com elevação do bem-estar, decorrentes de incrementos para todos os níveis de renda, porém com intensidade mais expressiva para os rendimentos mais baixos. Cabe ainda reconhecer que a queda da desigualdade com melhora do bem-estar, nos últimos anos, vem ocorrendo em um contexto de recuperação econômica e ponderável recomposição do mercado de trabalho, especialmente de seu segmento formal.

Os argumentos imediatamente apresentados encontram respaldo na evolução dos rendimentos médios de todas as fontes segundo estratos de renda (Tabela 3). No período 1998 a 2002, constata-se que a queda da desigualdade foi caracterizada por uma regressão do rendimento médio comum a praticamente todos os estratos de renda, que afetou mais significativamente os rendimentos superiores.

Apesar da queda mais acentuada do rendimento do 1º estrato, nota-se que os demais inferiores (2º ao 4º) conheceram perdas de renda menores às ocorridas nos estratos médio e superior, mudanças de rendimento que, em seu conjunto, determinaram a redução da desigualdade.

Situação distinta é observada para o período 2003-2006, quando são encontrados incrementos do rendimento médio para todos os intervalos decílicos, com ganhos mais expressivos para os estratos inferiores. Três observações devem ser imediatamente indicadas em relação ao comportamento dos rendimentos decílicos neste último período.

A primeira diz respeito à delimitação dos ganhos de renda dos estratos superiores nos anos de 2005 e 2006. Como já mencionado, a recomposição mais generalizada dos níveis de renda somente ocorre quando se dá a recuperação mais significativa da atividade econômica.

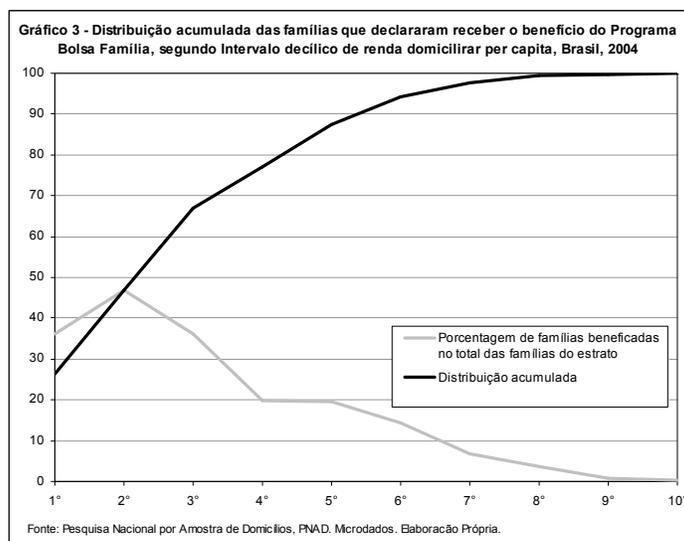
**Tabela 3**  
Evolução do rendimento real de todas as fontes, segundo intervalos decílicos  
Brasil, 1995/2006

	1°	2° e 3°	4°	5°	6°	7°	8°	9°	10°
Valores absolutos (1)									
1995	109	253	314	412	523	683	966	1.536	4.589
1998	118	249	319	436	537	702	980	1.545	4.566
2002	79	250	317	390	501	634	890	1.404	4.024
2003	60	244	300	362	461	605	831	1.293	3.888
2004	63	281	315	378	484	606	818	1.278	3.668
2005	73	276	330	393	493	638	898	1.349	3.775
2006	73	349	370	420	542	692	889	1.368	3.991
Variações percentuais									
1995-1998	7,5	-1,6	1,4	6,0	2,5	2,9	1,5	0,6	-0,5
1998-2002	-33,2	0,6	-0,6	-10,6	-6,6	-9,7	-9,3	-9,2	-11,9
1995-2006	-32,9	38,0	17,9	2,1	3,5	1,4	-7,9	-10,9	-13,0
2002-2006	-6,7	39,4	16,8	7,8	8,1	9,2	0,0	-2,5	-0,8
2003-2006	23,3	42,8	23,2	16,2	17,6	14,4	7,0	5,9	2,7
2004-2006	16,6	24,3	17,6	11,3	11,9	14,2	8,7	7,0	8,8
2005-2006	0,1	26,3	12,2	7,0	9,8	8,6	-0,9	1,4	5,7

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD/IBGE, Microdados. Elaboração Própria.  
(1) Valores a preços de agosto de 2005. Deflator utilizado: INPC.

A outra se refere aos ganhos mais elevados observados para os 2°, 3° e 4° intervalos decílicos, que, como mostra os valores absolutos especificados na Tabela 3, auferem rendimentos médios próximos ao salário mínimo. Portanto, os resultados sinalizam que estes estratos tiveram seus rendimentos associados como a evolução do piso legal de remuneração do mercado nacional de trabalho. Este tema ainda será abordado mais à frente neste ensaio.

Finalmente, cabe dar evidência à tendência de desaceleração do crescimento do rendimento médio do 1° intervalo. A evolução do rendimento deste estrato tende a ser decisivamente influenciada pela ampliação da cobertura e evolução do valor real do benefício do programa bolsa família.



O papel do Programa Bolsa Família para a distribuição de rendimentos é reiterado quando se analisa a distribuição das famílias beneficiadas segundo o rendimento familiar per capita de toda a população. Como pode ser rapidamente percebido, 2/3 das famílias beneficiadas pertenciam, em 2004, até o terceiro intervalo de renda domiciliar per capita. Apesar da ocorrência de famílias beneficiadas em decis de renda mais elevada, o que poderia sinalizar restrição quanto à capacidade de focalização do programa, é inegável que ele tem elevada concentração nas famílias de mais baixa renda. Em 2004, 2/3 das famílias beneficiadas pertencia a domicílios com rendimento per capita ao redor de meio salário mínimo per capita.

Infelizmente, a renda do benefício do Programa Bolsa Família não se encontra especificada na PNAD. Esta aparece junto com a informação de rendimento de juros, o que impede um conhecimento mais acurado da participação do benefício do programa no total da renda captada pela PNAD. Ademais, o levantamento sobre a cobertura do programa não é realizado de modo contínuo pela pesquisa, tendo ocorrido somente nos anos de 2004 e 2006.

As indicações propiciadas pelo resultado de 2004 permitem sustentar o argumento da contribuição do programa na base da distribuição de rendimentos informada pela PNAD, sendo que, em razão da grande probabilidade do reajuste do benefício acompanhar a evolução da inflação, o impacto considerado tende ser declinante à medida que o programa atingir o conjunto das famílias por ele consideradas como potencialmente habilitadas<sup>9</sup>.

Outro aspecto também evidenciado ainda pelos resultados globais refere-se à contribuição da recuperação econômica para o comportamento dos níveis de renda. Os dados da distribuição de renda familiar per capita deixam clara a importância da recuperação econômica, com elevação do nível de ocupação, para a evolução do rendimento médio dos diversos estratos.

**Tabela 4**  
Evolução do rendimento familiar real per capita de todas as fontes, segundo intervalos decílicos  
Brasil, 1995/2006

	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	9°	10°
Valores absolutos (1)										
1995	38	76	113	155	203	259	343	478	753	2.190
1998	40	78	116	160	212	268	354	491	766	2.222
2002	41	81	121	162	212	274	357	501	809	2.347
2003	38	78	118	157	204	265	342	481	770	2.166
2004	42	85	124	163	213	277	359	497	799	2.246
2005	46	92	136	185	236	296	379	524	814	2.295
2006	50	103	152	201	255	328	414	567	890	2.516
Variações percentuais										
1995-1998	4,7	2,0	2,5	3,3	4,6	3,3	3,3	2,6	1,8	1,5
1998-2002	2,0	4,7	3,9	1,1	0,0	2,2	0,9	2,1	5,6	5,6
1995-2006	31,1	35,2	34,7	29,9	25,9	26,4	20,8	18,5	18,2	14,9
2002-2006	22,8	26,6	26,4	24,4	20,4	19,8	16,0	13,1	10,0	7,2
2003-2006	31,6	32,3	29,4	27,7	25,4	23,7	21,2	17,8	15,6	16,1
2004-2006	18,6	21,0	23,1	23,2	19,8	18,4	15,5	14,1	11,5	12,0
2005-2006	9,4	11,9	11,7	8,5	8,3	10,7	9,4	8,2	9,3	9,6

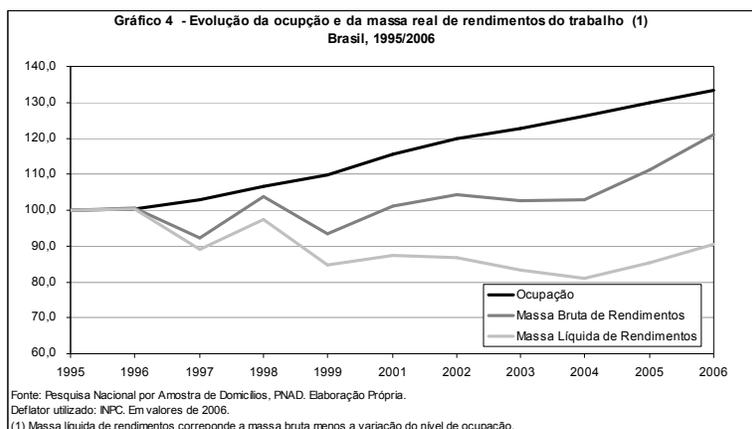
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD/IBGE. Microdados. Elaboração Própria.  
(1) Valores a preços de agosto de 2005. Deflator utilizado: INPC.

A evolução dos níveis e da distribuição da renda familiar foi mais favorável ao longo desta década, especialmente para o período de 2003-2006. Boa parte do incremento de renda observado entre 1995 e 2006 foi conseguida neste último período. Ademais, os resultados revelam tendência mais generalizada de aumento de renda para todos os estratos, com intensidade mais expressiva os segmentos de baixa renda.

Também, nota-se que os maiores incrementos ocorreram para os estratos inferiores. A intensidade do ganho, entre 2003 e 2006, declina na medida em que são considerados os estratos de renda familiar per capita mais elevada.

<sup>9</sup> Ver, também, Jaccoud, 2006 e Soares et alli, 2008.

A contribuição da recuperação econômica para a renda tem tido relação com a evolução da ocupação. Até 2004, o incremento da ocupação foi decisivo para impedir um comportamento ainda mais desfavorável da massa de rendimentos do trabalho. Somente a partir de 2005, nota-se uma contribuição do incremento do nível de renda para o desempenho da massa de rendimentos do trabalho. Esta observação é explicitada no Gráfico 4. Nos últimos dois anos, o coeficiente angular da massa líquida de rendimentos supera o da ocupação, sinalizando a contribuição da recomposição dos níveis de rendimento.



### 3. Dimensão da queda da desigualdade

A tendência geral dos rendimentos, tanto individual como domiciliar per capita, e da distribuição permite identificar as dimensões relevantes do movimento de queda da desigualdade observada nos resultados da PNAD. Mantidas as atuais características do processo observado, pode-se argumentar que a continuidade do movimento deverá ser dependente do papel das políticas públicas de transferência de renda e do salário mínimo para a evolução dos rendimentos dos estratos inferiores.

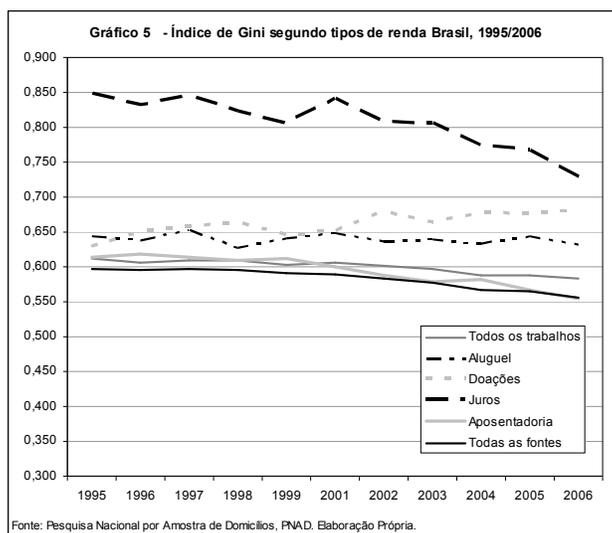
Tais evidências tornam a análise da dinâmica recente da estrutura e nível de rendimentos importante para a avaliação da queda da desigualdade. E para tanto, cabe explicitar os determinantes fundamentais do comportamento das principais formas ou tipos de renda captados pela pesquisa.

Sendo a renda declarada na PNAD fundamentalmente oriunda da atividade do trabalho e da proteção social, previdência mais transferência de renda, é possível identificar alguns determinantes principais para o comportamento destas formas ou tipos de rendimentos:

- *Política de Salário Mínimo – a intervenção estatal sobre o piso legal do mercado de trabalho tem ampla possibilidade de influenciar o comportamento das remunerações mais baixas, mesmo em um contexto de desemprego ponderável. Isto é, dos primeiros estratos da distribuição;*
- *Negociação Coletiva – os acordos coletivos de categorias atuam sobre o comportamento dos salários, que tem influência ponderável sobre o conjunto dos rendimentos do trabalho, sendo que eles tendem a ser negativamente pressionados em situação de desemprego elevado. As negociações coletivas tendem a influenciar o comportamento dos rendimentos dos estratos médios da distribuição;*

- *Barganha Individual* – algumas pessoas ou conjunto de pessoas exercem ocupações que podem apresentar escassez em certos momentos de crescimento ou transformação tecnológica e que podem constituir poder de barganha favorável para uma negociação individual de salário ou remuneração variável, sendo que o desemprego elevado tende a reduzir as ocupações com esta vantagem competitiva. A barganha individual tende a ter maior influência sobre os rendimentos dos estratos superiores;
- *Piso previdenciário* – o salário mínimo determina o piso do benefício da previdência, devendo, portanto, determinar a evolução valor médio real do benefício;
- *Benefício do Programa Bolsa Família* – o benefício do programa tende a estar concentrado nos dois primeiros estratos da distribuição. A influência do programa sobre o rendimento médio destes estratos dependerá da decisão de governo em reajustar o benefício acima da inflação. Alcançada a cobertura das famílias habilitadas para programa, ele deverá perder influência na evolução do rendimento dos dois primeiros intervalos decílicos, por não mais induzir a entrada de novas famílias na base da distribuição de renda individual ou familiar.

Os indicadores de rendimento médio individual ou familiar segundo intervalos decílicos sugerem que a queda da desigualdade esteve pautada pelo comportamento mais positivo dos rendimentos dos decis abaixo da mediana da distribuição, que tendem a ser mais influenciados pelas políticas públicas de salário mínimo e de proteção social. Por outro lado, os resultados sugerem que tanto as negociações coletivas como a barganha individual parecem não ter contribuído para uma evolução mais positiva dos rendimentos superiores à mediana da distribuição.



Duas sinalizações são percebidas imediatamente a partir do comportamento do índice de Gini segundo os diversos tipos de rendimento. A primeira refere-se à tendência de queda da desigualdade ter estado circunscrita, particularmente, à renda do trabalho, da proteção social e a oriunda de juros. A segunda remete-se à aderência da queda da evolução da desigualdade à evolução das distribuições da renda do trabalho e da proteção social. A evolução do Índice de Gini explicita, com toda a clareza, a dimensão restrita da informação da PNAD a duas formas ou tipos de renda.

Uma evidência adicional pode ser construída através da análise da contribuição de cada forma ou tipo de renda para a variação da massa total de rendimento. É explícita a predominância das rendas do trabalho e da proteção social para o comportamento da massa total de rendimentos,

com exceção do período 2003-2004, quando os juros explicaram metade do aumento do agregado. É muito provável que tal contribuição tenha decorrido do aumento de cobertura do Programa Bolsa Família e, também, do fato da PNAD ter realizado um suplemento especial sobre o programa em 2004.

Portanto, os dados revelam que a interpretação da redução da desigualdade encontra-se restrita a uma dimensão da distribuição de renda, não se podendo falar do movimento mais geral da distribuição, expresso de modo agregado pelas informações da distribuição funcional da renda, propiciadas pelas Contas Nacionais. Neste sentido, a dinâmica dos níveis de renda informados pela PNAD encontra-se associada à determinação das políticas públicas de salário mínimo e de previdência ou dos processos de negociação coletiva ou individual. Quanto à dinâmica das rendas relacionadas à propriedade de ativos nada se pode dizer a partir das informações propiciadas pela pesquisa.

**Tabela 5**  
**Distribuição da variação da massa de rendimentos de todas as fontes segundo formas ou tipos de renda**  
**Brasil, 1995-2006**

	95 - 96	96 - 97	97 - 98	98 - 99	99 - 01	01 - 02	02 - 03	03 - 04	04 - 05	05 - 06
Distribuição da variação da massa de rendimentos de todas as fontes										
Todos os trabalhos	31,0	77,4	47,8	59,5	65,9	74,8	484,3	19,9	69,9	73,2
Aluguel	-0,6	2,7	24,3	33,6	0,3	-0,7	102,1	6,6	2,9	0,7
Doações	-0,4	0,8	1,4	0,2	-0,1	6,3	48,6	11,2	0,8	0,5
Juros	-21,2	0,8	2,6	2,1	1,6	2,5	17,3	51,9	4,0	6,0
Aposentadoria	91,1	18,3	23,9	4,5	32,4	17,1	-552,2	10,4	22,5	19,5
Todas as fontes	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Índice de evolução da massa de rendimentos de todas as fontes (1995 = 100)										
Todas as fontes	101,4	92,9	112,1	98,4	107,5	110,9	110,6	111,8	121,2	131,6

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD. Elaboração própria.

(1) Excluída a zona rural da Região Norte.

Deflator utilizado: INPC. Em valores de 2006.

Portanto, cabe olhar para as formas ou tipos de renda representativos na PNAD e entender algumas das dimensões da desigualdade, isto é, aquelas influenciadas pela evolução do mercado de trabalho e pelo escopo das duas políticas públicas mencionadas. Como a evolução dos benefícios da previdência encontra-se estreitamente relacionada à política de salário mínimo, constata-se que, a partir desta, podem-se analisar as mudanças no perfil da distribuição de rendimentos de aposentadorias e pensões.

Mas antes de explorarmos as distribuições de rendimento das rendas do trabalho e de aposentadorias e pensões, merece ser feita uma última abordagem sobre a contribuição do benefício do Programa Bolsa Família para a distribuição total de renda auferida pela PNAD.

Considerando somente os dados da pesquisa para 2004, é possível avaliar, utilizando os resultados do suplemento especial em conjunto com aqueles do questionário básico, a contribuição do benefício do programa para a renda familiar per capita segundo decis. A síntese deste procedimento encontra-se inscrita na Tabela 6.

Como é possível notar, as rendas das famílias com e sem acesso ao benefício dos decis inferiores são bastante próxima, sinalizando que o acesso é decisivo para a determinação da renda de uma parcela das famílias pobres. Evidenciando, portanto, o papel importante cumprido pelo programa junto às famílias com maior carência de renda.

Esta contribuição do programa torna-se ainda mais evidente na comparação dos perfis da distribuição da massa acumulada de rendimentos. É evidente que o programa influencia positivamente a participação das famílias de baixa renda na distribuição da massa de rendimentos, fazendo com que a participação destas famílias, considerados os cinco primeiros intervalos, respondesse por 14,2%, contra 9,6% se fosse desconsiderado o benefício. Isto, incrementando em 4,6 pontos percentuais a participação das famílias com renda per capita abaixo da mediana.

Se, em termos relativos, a contribuição do programa deve ser vista como considerável, é necessário, contudo, apontar que ela é limitada para provocar uma mudança estrutural no perfil da distribuição de renda familiar per capita informada pela PNAD.

Feitas estas observações sobre a contribuição do Programa Bolsa Família para o perfil da distribuição da renda familiar per capita, serão agora exploradas as distribuições de renda individual de todas as fontes, do trabalho e de aposentadorias e pensões. Considerando que as duas últimas distribuições apresentam graus de desigualdade próximos e trilharam trajetórias declinantes, é importante entender a relação entre este movimento e mudanças na distribuição da massa de rendimentos segundo as formas ou tipos de renda.

**Tabela 6**  
Rendimento familiar médio per capita, segundo intervalos decilicos e acesso ao Programa Bolsa Família  
Brasil, 2004

	Rendimento médio per capita			Massa acumulada de rendimentos			Contribuição da renda das famílias com BF para a distribuição do rendimento per capita, segundo intervalo decílico (%)
	Total	Famílias com Bolsa Família	Famílias sem Bolsa Família	Total	Famílias com Bolsa Família	Famílias sem Bolsa Família	
1°	38,2	37,6	38,3	1,0	10,5	0,5	0,51
2°	77,4	76,8	77,5	2,9	28,9	1,5	1,37
3°	114,5	110,7	114,9	6,1	48,8	3,7	2,38
4°	149,4	148,0	149,4	9,3	63,7	5,9	3,40
5°	191,4	189,5	191,5	14,2	76,4	9,6	4,59
6°	249,6	242,6	249,8	20,3	85,7	15,5	(1)
7°	314,2	303,3	314,3	28,1	92,4	22,5	(1)
8°	429,5	420,6	429,6	38,9	95,8	32,5	(1)
9°	645,1	585,8	645,2	55,0	98,4	48,4	(1)
10°	1.937,2	1.309,8	1.937,9	100,0	100,0	100,0	(1)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD/IBGE. Microdados. Elaboração própria.

(1) Valores não representativos.

Focando na distribuição da massa de rendimentos de todas as fontes, observa-se a elevação da participação dos seis primeiros decis, incrementando a participação conjunta dos mesmos de 18,4% para 23,8% (Tabela 7). O aumento da participação apresenta aspectos que merecem ser destacados. Em primeiro lugar, observa-se que maior participação dos estratos inferiores não incorporou o primeiro intervalo. Isto é, somente do ponto de vista da renda familiar per capita nota-se um impacto do Programa Bolsa Família na base da distribuição, não sendo o mesmo observado quando se analisa a distribuição de renda pessoal, fato totalmente justificado em razão do programa ser orientado às famílias.

**Tabela 7**  
Distribuição da massa de rendimentos de todas as fontes, segundo intervalos decilicos  
Brasil, 1995/2006

	1°	2°, 3° e 4°	5°	6°	7°	8°	9°	10°	Total
Distribuição da massa de rendimentos									
1995	1,2	8,0	4,8	4,3	7,1	10,3	16,1	48,1	100,0
1998	1,3	8,6	4,3	4,8	7,5	10,1	16,0	47,4	100,0
2002	1,0	9,6	3,9	7,2	5,7	12,5	13,1	47,1	100,0
2003	0,8	9,7	4,4	5,9	9,7	7,8	18,3	43,4	100,0
2004	0,8	10,7	3,9	7,7	6,1	10,6	15,8	44,5	100,0
2005	0,9	12,2	4,9	9,3	4,7	10,1	15,5	42,5	100,0
2006	0,8	10,7	4,6	7,6	6,4	9,6	15,8	44,5	100,0
Distribuição acumulada da massa de rendimentos									
1995	1,2	9,3	14,1	18,4	25,6	35,8	51,9	100,0	
1998	1,3	10,0	14,2	19,0	26,6	36,6	52,6	100,0	
2002	1,0	10,5	14,4	21,7	27,4	39,8	52,9	100,0	
2003	0,8	10,5	15,0	20,8	30,5	38,3	56,6	100,0	
2004	0,8	11,5	15,3	23,0	29,1	39,8	55,5	100,0	
2005	0,9	13,1	18,0	27,4	32,0	42,1	57,5	100,0	
2006	0,8	11,5	16,1	23,8	30,2	39,7	55,5	100,0	

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD/IBGE. Microdados. Elaboração Própria.

Os aumentos de participação dos estratos de menor renda são encontrados a partir do segundo intervalo decílico, os quais derivam fundamentalmente da evolução positiva dos níveis de renda no mercado de trabalho e daquele do sistema de previdência. Assim, é importante avaliar as modificações na distribuição da massa de rendimentos destas duas formas ou tipos de renda, com o objetivo de conhecer em quais estratos elas tenderam a se concentrar.

A tabela abaixo (Tabela 8) traz a distribuição da massa de rendimento de todos os trabalhos. Nota-se que, assim como a distribuição da massa de todas as fontes, ocorre uma perda da participação do primeiro e do segundo intervalo decílico na participação da renda. A partir do terceiro, nota-se um crescimento da participação da massa de todos os trabalhos, que passa a declinar a partir do sétimo intervalo, assim como no caso anterior.

**Tabela 8**  
Distribuição da massa de rendimentos de todos os trabalhos, segundo intervalos decílicos  
Brasil, 1995/2006

	1°	2°, 3° e 4°	5°	6°	7°	8°	9°	10°	Total
Distribuição da massa de rendimentos									
1995	1,4	6,4	4,9	4,4	7,6	10,8	16,1	48,3	100,0
1998	1,5	7,1	4,3	5,2	8,1	10,6	15,8	47,5	100,0
2002	0,9	7,8	4,3	7,5	6,1	13,0	13,0	47,3	100,0
2003	0,7	7,7	4,9	6,6	10,0	8,1	18,2	43,8	100,0
2004	0,6	8,9	4,1	8,8	6,1	11,0	15,8	44,7	100,0
2005	0,7	8,0	5,4	6,6	9,4	11,7	12,4	45,7	100,0
2006	0,5	8,5	5,0	8,6	6,0	10,2	15,3	45,8	100,0
Distribuição acumulada da massa de rendimentos									
1995	1,4	7,8	12,8	17,2	24,8	35,6	51,7	100,0	
1998	1,5	8,6	12,9	18,1	26,2	36,7	52,5	100,0	
2002	0,9	8,7	13,0	20,6	26,7	39,7	52,7	100,0	
2003	0,7	8,4	13,3	19,9	29,9	38,1	56,2	100,0	
2004	0,6	9,5	13,6	22,4	28,5	39,5	55,3	100,0	
2005	0,7	8,7	14,2	20,7	30,1	41,9	54,3	100,0	
2006	0,5	9,1	14,1	22,7	28,7	38,9	54,2	100,0	

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD/IBGE. Microdados. Elaboração Própria.

Já em relação ao rendimento de aposentadoria e pensão percebe-se um comportamento um pouco distinto. O primeiro intervalo tem uma queda de participação muito pequena. Do segundo ao quinto também se nota uma queda na participação, mas chama a atenção o fato da participação nesses decís ser mais acentuada que a mesma nos decís na renda de todos os trabalhos. A partir do sexto intervalo, diferente do movimento anterior, nota-se uma ampliação da participação da renda em questão (Tabela 9).

**Tabela 9**  
Distribuição da massa de rendimentos de aposentadorias e pensões, segundo intervalos decílicos  
Brasil, 1995/2006

	1°	2°, 3° e 4°	5°	6°	7°	8°	9°	10°	Total
Distribuição da massa de rendimentos									
1995	0,3	18,4	4,8	4,1	5,3	7,8	16,6	42,8	100,0
1998	0,2	16,6	4,7	3,5	5,4	8,6	17,5	43,5	100,0
2002	0,3	17,2	2,3	6,7	4,2	11,2	14,2	43,8	100,0
2003	0,2	17,6	2,6	3,6	8,9	6,9	19,7	40,7	100,0
2004	0,1	16,5	3,1	3,8	7,0	9,7	16,8	43,0	100,0
2005	0,2	17,1	3,0	3,4	9,5	9,6	15,1	42,1	100,0
2006	0,2	17,4	3,1	4,3	8,6	7,8	18,9	39,8	100,0
Distribuição acumulada da massa de rendimentos									
1995	0,3	18,7	23,5	27,6	32,8	40,7	57,2	100,0	
1998	0,2	16,8	21,5	25,0	30,4	38,9	56,5	100,0	
2002	0,3	17,5	19,8	26,5	30,7	41,9	56,2	100,0	
2003	0,2	17,7	20,3	23,9	32,8	39,7	59,3	100,0	
2004	0,1	16,6	19,7	23,5	30,5	40,2	57,0	100,0	
2005	0,2	17,3	20,3	23,7	33,1	42,8	57,9	100,0	
2006	0,2	17,5	20,6	24,9	33,5	41,3	60,2	100,0	

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD/IBGE. Microdados. Elaboração Própria.

Chama atenção o fato de que, enquanto a acumulação da renda do trabalho apenas chega a 10% no quinto intervalo decílico, a acumulação do rendimento de aposentadoria e pensão chega a esse valor logo no segundo intervalo. Isso ocorre devido à enorme incidência de benefícios iguais ao valor do salário mínimo.

De modo geral, a recuperação da massa real dos rendimentos se deu em todos os estratos, com exceção do primeiro intervalo decílico que só percebeu alguma variação positiva na massa de rendimentos a partir de 2002 e 2003. Esse fato muito está relacionado com a ampliação do escopo do programa de transferência direta de renda, o Programa Bolsa Família (Tabela 10).

Deve-se destacar que a contribuição dos rendimentos do trabalho para o incremento da massa de renda de todas as fontes mostra-se mais significativa entre os estratos mais altos. Isso indica certa fragilidade estrutural do mercado de trabalho, pois ainda há significativos entraves à inserção dos segmentos de baixa de renda na dinâmica atual de recomposição da ocupação e da renda.

Ademais, nota-se que a contribuição das aposentadorias e pensões na massa total de rendimentos é mais elevada entre os intervalos decílicos mais baixos, precisamente do segundo ao quarto, indicando assim que os impactos positivos nos ganhos reais da massa de rendimentos desses estratos dependem, em grande medida, das políticas de proteção social e de valorização do piso legal, que abarca a grande maioria dos seus integrantes.

**Tabela 10**  
Variação da Massa de Renda de Todas as Fontes, segundo intervalos decílicos  
Brasil, 1995/2006

	1°	2°, 3° e 4°	5°	6°	7°	8°	9°	10°	Total
Variação da Massa Total de Rendimentos									
2002 - 1995	-11,2	34,3	-9,4	89,4	-9,9	37,3	-8,0	10,5	12,9
2006 - 2002	2,0	33,0	41,2	25,6	33,7	-8,7	43,3	12,5	19,0
2006 - 1995	-9,5	78,7	27,9	137,8	20,4	25,4	31,8	24,3	34,4
Contribuição da Renda Total do Trabalho para a Variação da Massa Total de Rendimentos									
1995	92,3	65,6	83,5	84,3	87,1	86,6	82,0	82,5	82,0
2002	74,8	62,8	85,9	80,4	83,5	80,5	76,6	77,8	77,3
2006	49,1	60,4	82,6	86,0	70,8	81,2	73,5	78,1	75,9
Contribuição da Renda se Aposentadorias e Pensões para a Variação da Massa Total de Rendimentos									
1995	2,9	32,7	14,1	13,4	10,5	10,9	14,7	12,7	14,2
2002	4,9	33,6	11,2	17,3	13,9	16,7	20,3	17,4	18,7
2006	3,9	31,6	12,9	11,1	26,2	15,9	23,3	17,5	19,5

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD/IBGE. Microdados. Elaboração Própria.

A observação da evolução dos rendimentos médios nominais, em termos de salários mínimos, indica que houve forte queda da renda nos estratos superiores. Do oitavo ao décimo intervalo decílico, a queda mais acentuada se deu no período de 1995 a 2002, já, no período subsequente, houve uma ligeira suavização do movimento (Tabela 11).

**Tabela 11**  
Evolução do rendimento nominal de todos os trabalhos em múltiplos de salário mínimo, segundo intervalos decílicos  
Brasil, 1995/2006

	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	9°	10°	Total
1995	0,45	0,96	1,12	1,41	1,82	2,32	3,10	4,32	7,04	21,12	3,57
1998	0,44	0,93	1,10	1,40	1,83	2,34	2,98	4,03	6,18	17,81	3,26
2002	0,33	0,90	-	1,24	1,52	1,91	2,38	3,35	5,23	14,67	3,19
2003	0,31	0,73	0,99	1,18	1,45	1,78	2,27	3,06	4,74	14,16	2,88
2004	0,30	0,71	1,00	1,15	1,45	1,82	2,19	2,93	4,57	13,05	2,82
2005	0,31	0,71	1,00	1,14	1,38	1,68	2,10	2,93	4,41	12,17	2,68
2006	0,26	0,68	1,00	1,12	1,35	1,65	1,98	2,55	3,94	11,29	2,54

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD/IBGE. Microdados. Elaboração Própria.

Deve-se destacar que ao longo de todo o período analisado, há uma forte tendência dos estratos mais baixos apresentarem rendimentos médios situando-se em torno do salário mínimo, o que indica que a política pública de valorização do piso legal reflete-se principalmente nesses estratos, mais precisamente nos terceiro e quarto intervalos decílicos<sup>10</sup>.

Ademais, deve-se entender que a diminuição da desigualdade se deu, no período, com redução do bem estar da população, o que representa que ainda há fortes entraves para que ocorram mudanças estruturais na distribuição de renda. Nesse sentido é que se coloca que uma melhor situação distributiva da renda depende de políticas públicas, principalmente as de transferências diretas de renda, as de auxílio aos trabalhadores, de proteção social e a de valorização do salário mínimo.

### **Observações Finais**

O objetivo deste ensaio foi explicitar os limites da queda da desigualdade informada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Como se procurou apontar, de modo sistemático, é inegável a relevância deste movimento em um contexto de estabilidade econômica, em especial de preços, e de recuperação da atividade econômica, com características que há muito tempo o país não vivenciava.

Contudo, o reconhecimento da importância da redução da desigualdade deve ser acompanhado da identificação dos limites que o processo carregou e carrega, os quais determinam que a análise atual assuma um caráter parcial sobre a distribuição de renda e suas perspectivas.

Como explorado ao longo do ensaio, a redução da desigualdade encontra-se circunscrita a modificações nas distribuições de renda com origem no trabalho e na proteção social. Ademais, a aderência da mudança da distribuição de renda a estas formas ou tipos de renda sinaliza a importância da política de salário mínimo para a evolução dos rendimentos destas fontes ao longo desta década.

Mesmo entendendo que a redução da desigualdade não considera as modificações na distribuição funcional da renda e a dinâmica dos rendimentos oriundos da propriedade de ativos, a análise dos resultados disponíveis sugere cautela quanto à dimensão que o processo assumiu até o presente momento.

Em primeiro lugar, devido o fato da queda da desigualdade, como mostrado, ocorreu com o incremento dos rendimentos mais baixos, porém, com uma deterioração do rendimento médio informado pela PNAD. Esta característica indica que a menor desigualdade não foi acompanhada de um movimento positivo da estrutura de renda, contrariando boa parte da literatura sobre o assunto e, especialmente, o ensaio clássico de Kuznets (1955). Baseada na experiência dos países desenvolvidos, que a redução da desigualdade deveria ocorrer em um contexto de elevação da renda média, o que refletiria um processo associado à elevação média do bem-estar da sociedade. Em outras palavras, considerando que o capitalismo se constitui em uma organização socioeconômica fundada no aumento recorrente da produtividade, a literatura considerava que a redução da desigualdade deveria ocorrer com o incremento mais rápido da renda dos estratos inferiores, relativamente ao observado para os estratos superiores, expressando um movimento comum de elevação dos diversos níveis de renda, mas com redução do grau de desigualdade observado na distribuição.

---

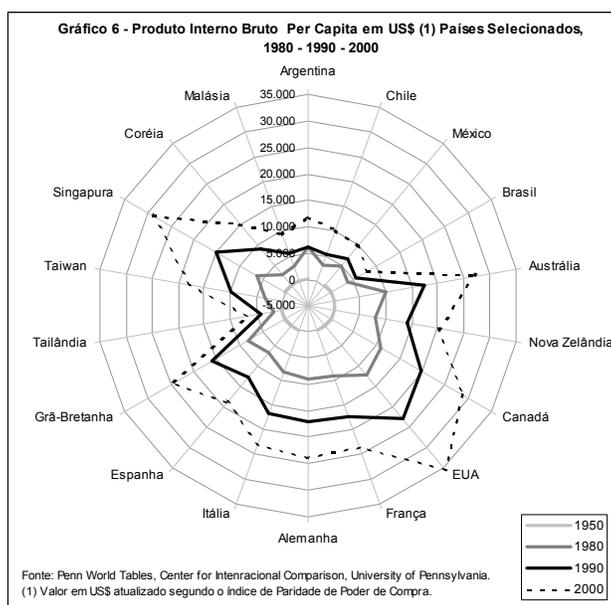
<sup>10</sup> Sobre esta questão, ver Saboia 2008. Resultados semelhantes têm sido observados para a Inglaterra, que retomou a política de salário mínimo em 1999. Ver Low Pay Commission, 2006.

A experiência brasileira recente é marcada por uma queda da desigualdade com deterioração do rendimento médio, ou melhor, no máximo com estagnação do bem-estar médio da sociedade brasileira.

Tais características da queda da desigualdade, nos termos indicados pelos resultados da PNAD, sugerem que este movimento incorpora uma fragilidade de natureza sistêmica. Isto é, a queda da desigualdade não deverá produzir uma alteração do padrão de bem-estar da sociedade brasileira, mas somente atenuará a perversidade que a distribuição de renda do país carrega.

Nos últimos dois anos de dados da PNAD, se vislumbra a possibilidade de romper esta limitação que caracteriza a redução da desigualdade, em especial da observada para a renda do trabalho. Nota-se um movimento comum de recuperação da renda de todos os estratos, bem como da renda média. Assim, pela primeira vez encontra-se uma tendência de recuperação da massa real de todos os rendimentos não determinada pelo aumento da ocupação, mas pela elevação dos níveis de renda.

Este aspecto da queda da desigualdade nos últimos dois anos sinaliza que o movimento depende da continuidade dos fatores que lhe favoreceram. Isto é, a recorrência da estabilidade de preços, da recuperação do mercado de trabalho, do aumento do produto e das políticas públicas de renda e de proteção social e, especialmente, de valorização do salário mínimo. Ademais, é necessário que as negociações coletivas passem a contribuir para uma recomposição mais expressiva dos rendimentos médios da distribuição do trabalho<sup>11</sup>.



A continuidade destes fatores positivos é decisiva também para retirar o país de uma posição desfavorável em termos de renda per capita, quando comparada com aquelas encontradas para outros países em desenvolvimento. Os dados compilados no Gráfico 6 são candentes para indicar a posição desfavorável do Brasil em termos de renda per capita e para nossas dificuldades em termos de renda, que vão além da elevada desigualdade.

<sup>11</sup> Segundo levantamento realizado sistematicamente pelo Dieese, as negociações coletivas passaram a ser dominadas, desde 2007, por acordos que determinam aumentos reais de salários. Contudo, a maioria dos acordos estabelecem ganhos que não superam 1%. Ver Dieese, 2007.

É imperativo que o crescimento sustentado seja viabilizado, pois ele é uma condição básica para que as políticas públicas e o funcionamento do mercado de trabalho produzam uma redução da desigualdade com avanço do bem-estar no conjunto da sociedade brasileira. Se estabelecida esta convergência, será possível começar a romper certos limites da queda da desigualdade observados no passado recente, que, mesmo sem o devido conhecimento da distribuição total da renda, abrirá perspectiva para uma mudança estrutural na principal distribuição propiciada pelos dados da PNAD, a da renda do trabalho.

### **Referências Bibliográficas:**

- BARROS, R.P.; FOGUEL, M.N.; ULYSSEA, G. (2007) Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente, Volume 1, Brasília: IPEA.
- BARROS, R.P.; FOGUEL, M.N.; ULYSSEA, G. (2008) Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente, Volume 2, Brasília: IPEA.
- DEDECCA, C.S. (2007) A redução da desigualdade no Brasil, uma estratégia complexa, in Barros, R.P.; Foguel, M.N.; Ulyssea, G. (2007).
- Dieese (2007) O balanço das negociações dos reajustes salariais em 2007, São Paulo: Dieese.
- HOFFMANN, R. (1995) Desigualdade e pobreza no Brasil no período 1979-90. Revista Brasileira de Economia, 49(2), Rio de Janeiro: FGV.
- HOFFMANN, R. (1998) Desigualdade e pobreza no Brasil no período 1979/97 e a influência da inflação e do salário mínimo. Economia e Sociedade, 11, Campinas: IE/Unicamp.
- IPEA (2006) Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil, Nota Técnica, Brasília: IPEA.
- JACCOUD, L (2006) Indigência e Pobreza: o impacto dos benefícios previdenciários, assistenciais e transferências de renda, mimeo, Brasília: IPEA.
- KUZNETS, S. (1955) Economic Growth and Income Inequality, American Economic Review, 45(1), American Economic Association.
- Levy Economics Institute of Bard College (2004) Levy Institute Measure of Economic Well-Being, Annandale-on-Hudson: Levy Economics Institute of Bard College.
- Low Pay Commission (2006) National Minimum Wage, Low Pay Commission Report, London: Low Pay Commission.
- PIKETTI, T. (2001) Les hauts revenus em France au XXe Siècle, Paris: Grasset.
- SABÓIA, J.M. (2008) O salário mínimo e seu potencial para a melhoria da distribuição de renda, in Barros, R.P.; Foguel, M.N.; Ulyssea, G. (2008).
- SALM, C. (2007) Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil: uma leitura crítica, in Barros, R.P.; Foguel, M.N.; Ulyssea, G. (2007).
- SOARES, S.S.D. (2006) *Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período de 2001 a 2004*, Texto para Discussão n. 1166, Brasília: IPEA.
- SOARES, V., F.; SOARES, S.S.D.; MEDEIROS, M.; OSÓRIO, R.G. (2008) Programas de Transferência de Renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade, in Barros, R.P.; Foguel, M.N.; Ulyssea, G. (2008).

WEINBERG, D.H. (2004) Income Data Quality Issues in the Annual Social and Economic Supplement to the Current Population Survey, Seminar on Poverty Measurement, mimeo, Maryland: American Enterprise Institute-University of Maryland.

WEINBERG, D.H. (2006) Income Data Quality Issues in the CPS, Monthly Labor Review, Washington DC: BLS